

Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade: um estudo de caso na Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás - Macapá/Ap

Joelma Suely de Oliveira da Silva Santos

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Antônio Germano Magalhães Junior

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Resumo

O tema da acessibilidade no contexto da educação inclusiva é um debate presente na sociedade brasileira e que se aprofundou nos anos recentes. Debate realizado não só pelo Ministério da Educação (MEC), secretárias de governo, por especialistas educacionais da área, mas que vem repercutindo na relação entre a escola e a família, sobretudo, daqueles pais que cobram a efetivação do direito de seus filhos deficientes acessarem o sistema educacional com a prestação de serviços de qualidade. Diante disso, trabalhou-se com o seguinte problemática: quais as possibilidades e desafios da acessibilidade aos alunos (as) com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás? Trabalhou-se com o seguinte objetivo geral: compreender o processo de implementação e execução da política pública de acessibilidade aos alunos com deficiência da EMEFG. Os objetivos específicos foram: a) analisou se a acessibilidade aos alunos com deficiência está sendo executada nos níveis arquitetônicos, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal; b) identificar as diretrizes utilizadas pela gestão escolar e o grupo de docentes que atuam diretamente com esse grupo de estudantes; e, c) perceber se os responsáveis reconhecem a execução da política de acessibilidade no atendimento aos alunos com deficiência. O percurso metodológico da pesquisa adotado foi o estudo de caso, para tanto, utilizou-se a estatística descritiva, a pesquisa descritiva, análise documental, entrevistas e um grupo focal. Ao final da pesquisa, diagnosticou-se que a EMEFG consegue colocar em prática e garantir a acessibilidade escolar em seus níveis arquitetônicos, comunicacional, programático, metodológico e atitudinal aos alunos matriculados no AEE.

Palavra-chave políticas públicas; educação inclusiva; acessibilidade; atendimento educacional especializado.

Abstract

The theme of accessibility in the context of inclusive education is a debate that is present in Brazilian society and has deepened in recent years. Debate carried out not only by the Ministry of Education (MEC), secretaries of government, by educational specialists in the

area, but which has repercussions on the relationship between the school and the family, especially those parents who charge the implementation of the right of disabled children to access the educational system with the provision of quality services. In view of this, we worked with the following problem: what are the possibilities and challenges of accessibility for students with disabilities in the Municipal School of Goiás? We worked with the following general objective: to understand the process of implementation and execution of the public policy of accessibility to students with disabilities of the EMEFG. The specific objectives were: a) to analyze whether accessibility to students with disabilities is being carried out at the architectural, communicational, methodological, instrumental, programmatic and attitudinal levels; b) identify the guidelines used by the school management and the group of teachers who work directly with this group of students; and, c) to see if those responsible recognize the implementation of the accessibility policy in the care of students with disabilities. The methodological course of the research adopted was the case study, for which descriptive statistics, descriptive research, documentary analysis, interviews and a focus group were used. At the end of the research, it was diagnosed that the EMEFG can put into practice and guarantee the school accessibility in its architectural, communicational, programmatic, methodological and attitudinal levels to the students enrolled in the ESA.

Key-word public policies; inclusive education; accessibility; specialized educational assistance.

Introdução

Nos últimos anos muito tem se refletido sobre a acessibilidade, em todos os sentidos: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e, principalmente, atitudinal, pois se sabe que por muitas décadas e ainda hoje as pessoas com deficiências sofrem segregações, sendo vítimas de preconceitos e discriminações sociais, sobretudo, quando pensamos o direito à educação (SASSAKI, 2010, p. 67-68). Ainda que tenhamos avançado em termos de garantia desse direito fundamental, há um longo percurso a se fazer, pois os desafios que se apresentam para os alunos com deficiência são enormes. Assim, a inclusão de pessoas com de deficiência ao âmbito escolar é fator de aprofundamento da cidadania e de respeito à diversidade das sociedades, principalmente a brasileira, que apresenta déficit histórico na garantia da educação igualitária e de qualidade para todos.

Diante do exposto, existe a necessidade de planejamento, estruturas adequadas e constante avaliação da escola, a fim de se desenvolver estratégias diferenciadas para receber a diversidade de estudantes que ingressam ou já frequentam as escolas, e, aplicar uma aprendizagem significativa, segundo ressalta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB – sob Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que reconhece o direito á educação para todos e propõe que o ensino seja baseado nos princípios de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem de qualidade (BRASIL, 1996). No contexto atual, as discussões no campo da Educação Especial estão permeadas pela ideia de acessibilidade e inclusão, que deixou de ser uma preocupação apenas de governantes, de especialistas e de um grupo delimitado de pessoas e passou a ser uma questão fundamental da sociedade.

Com base nessas questões, sinto a necessidade de trabalhar nessa pesquisa as políticas públicas de acessibilidade dos estudantes com deficiência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás (EMEFG). Diante desse quadro, pretende-se responder à

seguinte problemática: Quais as possibilidades e desafios da acessibilidade aos alunos (as) com deficiência na Escola Municipal Goiás? Para tanto, trabalhou-se com o seguinte objetivo geral: compreender o processo de implementação e execução da política pública de acessibilidade aos alunos com deficiência da EMEFG. Nos objetivos específicos, o primeiro analisou se a acessibilidade aos alunos com deficiência está sendo executada nos níveis arquitetônicos, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal; Em relação ao segundo objetivo, identificaram-se as diretrizes utilizadas pela gestão escolar e o grupo de docentes que atuam diretamente com esse grupo de estudantes; por fim, o terceiro objetivo procurou perceber se os responsáveis reconhecem a execução da política de acessibilidade no atendimento aos alunos com deficiência.

Educação inclusiva e suas interfaces educacionais: acessibilidade de pessoas com deficiência e o seu histórico neste contexto de inclusão

A autora Mantoan (2015, p. 22-23) faz uma crítica aos padrões de cientificidade do saber escolar, onde a escola se abre aos novos grupos sociais, porém não leva em consideração seus saberes, experiências, crenças, ou seja, seus conhecimentos. As modalidades de ensino regular e especial fazem com que os alunos se dividam em normais e com deficiência, onde temos diversos professores especialistas em diversas áreas. Com essa organização se cria uma visão: “determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico, ignora o subjetivo, o afetivo, o criador [...]” (MANTOAN, 2015, p. 23-24), o que torna difícil criar uma reviravolta na inclusão de todos os alunos. Então, deve-se mudar desde a formação de professores até uma escola sem preconceitos que reconheça e valorize as diferenças.

Embora o Brasil tenha avançado na inclusão de alunos com deficiência, ainda se vê muitos pais de alunos com o olhar reduzido sobre essa temática. Os professores do A.E.E. aflitos em perder seus postos de trabalho e professores do regular também acabam se inserindo nessa problemática, quando trabalham com o discurso de que não estão preparados para ensinar alunos com deficiência (MANTOAN, 2015, p. 25).

Mantoan questiona também o processo educacional de integração, pois permite somente que o aluno seja inserido apenas nesse contexto, o que acaba por segregá-lo, não pensando em outras dimensões de sua integração, ou seja, a ideia de integração não deve apartá-lo da vivência do todo da escola. Entretanto, a “inclusão”, segundo a autora prevê que o aluno seja inserido desde o início de sua vida no contexto educacional, e que considere suas necessidades e que todos os alunos, independente de serem deficientes ou não, consigam sucesso educacional (MANTOAN, 2015, p.28).

Ao retratarmos a educação inclusiva no Brasil, importante ressaltar os argumentos do assistente social e consultor de inclusão Sasaki (2010). Para este autor: “O processo de inclusão, exatamente por ser diferente da já tradicional prática da integração, desafia todos os sistemas educacionais, públicos e particulares, em todas as modalidades” (SASSAKI, 2010, p.125). Sasaki aborda 4 fases que aconteceram durante a história da educação: a da exclusão; segregação institucional; integração e inclusão. Na fase da exclusão não houve atenção educacional e muito menos outros serviços, eram ignorados, rejeitados, perseguidos e explorados; Já na fase de segregação institucional, eram excluídos da família e da sociedade, sendo atendidas em instituições religiosas ou filantrópicas com consentimento do governo, porém sem nenhum envolvimento por parte dele, importante ressaltar que parte dessas crianças passavam a vida inteira dentro das instituições. Nesse

mesmo período surgiram as escolas especiais, os centros de reabilitação e oficinas, onde a sociedade começou a perceber que essas pessoas poderiam trabalhar se recebessem o devido treinamento e escolarização profissional.

A fase de integração surgem as classes especiais dentro das escolas comuns, não por humanidade e sim para que essas crianças com deficiência não “interferissem no ensino” ou não “absorvessem as energias do professor”, a tal ponto que o impedissem de “instruir adequadamente o número de alunos geralmente matriculados numa classe” (CHAMBERS *apud* HARTMAN; JONSSON, 1994; SASSAKI, 2010, p. 126). Neste tempo os testes de inteligência estavam em alta, no sentido de identificar e selecionar apenas as crianças com potencial acadêmico. Deste modo, “a inclusão questiona não somente as políticas e a organização, mas também o conceito de *mainstreaming*” (SASSAKI, 2010, p.128 *apud* MANTOAN, 1997, p. 137-145), onde se abandona a integração e que o objetivo principal da inclusão “é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo [...]” (SASSAKI, 2010, p.128 *apud* MANTOAN, 1997, p. 137-145) , ou seja, que todos estejam nas escolas regulares.

De acordo com as autoras Bueno (*et al.*, 2006, p.01), a acessibilidade no mundo começou através do clamor da população e dos movimentos sociais que passaram a reivindicar seus direitos, por isso que “A questão da acessibilidade é uma das reivindicações mais antigas dos movimentos das pessoas com deficiência e de maior visibilidade” (BUENO *et al.*, 2006, p.01). Nas últimas décadas esse fenômeno social sofreu alterações significativas e passou a fazer parte de constantes reivindicações. Essas transformações históricas, sociais e até culturais precisam ser compreendidas para que se possa ter um melhor entendimento do que elas representam e da necessidade de efetiva-las (BUENO, *et al.*, 2006, p.01).

De acordo com Sasaki (2014), iniciou-se em 1979 a mobilização das pessoas com deficiência no Brasil, especialmente em São Paulo, mas precisamente nos Estados Unidos aquela sociedade já discutia pelo menos 10 anos antes essas questões. No Brasil, a organização da sociedade civil tornou-se imprescindível, já que em 1981 comemorou-se o ano Internacional da Pessoa com deficiência. A Constituição Brasileira (1988) em seu art. 208 garante “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2018, p. 98). Com a aprovação da LDB, que regulamenta todo o sistema de ensino brasileiro, em seu Capítulo V que trata da Educação Especial, ratifica-se em seu artigo 58 a Educação Especial como modalidade de educação escolar que deverá ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos deficientes.

No ano de 2007 foi implementado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, estruturado na formação de professores para a educação especial; implantação de salas de recursos multifuncionais – SRM; acessibilidade arquitetônica das escolas; acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. Onde é regulamentado pelo Decreto de nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes o “Compromisso Todos pela Educação”, fortalecendo o ingresso as escolas públicas (BRASIL, 2010, p.15-16).

As instituições de ensino devem se organizar para que os discentes tenham acesso a todos os espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que contribuam para a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de maneira a atender as especificidades educacionais. Isso deve ocorrer assegurando a acessibilidade mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programática e atitudinal (SASSAKI, 2010, p.67-68).

A educação inclusiva no município de Macapá e o contexto da EMEFG

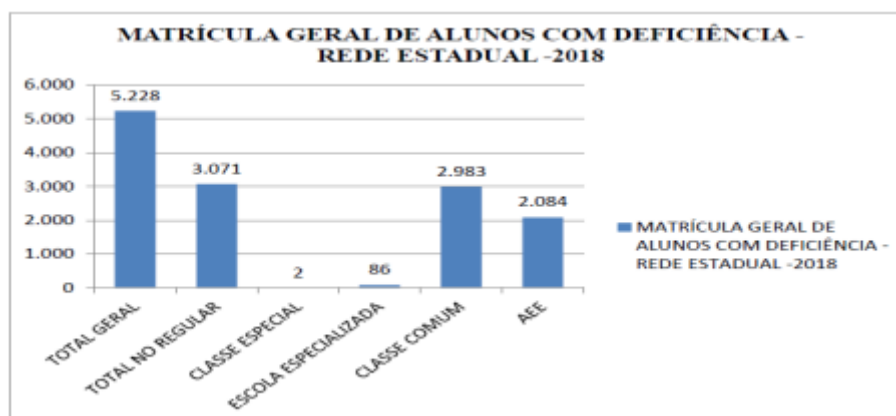
A história da política de educação inclusiva no Amapá remonta a década de 1970, especificamente, 1971, ano em que a Divisão Escolar e Cultural da Secretária de Educação, Saúde e Serviços Sociais diagnosticou alunos com ciclos de repetência nas séries iniciais na Escola José de Anchieta e Barão do Rio Branco. Este primeiro diagnóstico de alunos com dificuldades na aprendizagem foi um marco no então, Ex-território do Amapá, pois possibilitou que projetos fossem pensados para esse público de alunos, sobretudo, a triagem e agrupamento dos mesmos em turmas especiais, para que suas dificuldades fossem compreendidas (CARDOSO; YANIC; PENA; CARDOSO, 2014, p. 31).

O processo de integração de alunos com deficiências auditivas, visuais e mentais a classe comum de alunos ocorreu a partir da década de 1980, baseado em princípios filosóficos e pedagógicos do MEC. Dentro desses avanços, em 1996 foi criado o Centro de Educação Especial Raimundo Nonato Dias Rodrigues, onde sua função era trabalhar na reabilitação de pessoas que fossem “Portadoras de Necessidades Especiais” (CARDOSO, et al., 2014. p. 33). Atualmente, de acordo com o Portal do governo do Estado Amapá (2018), no ano de 2018 a rede pública de ensino do Estado apresentou em torno de 700 professores efetivos em seu quadro de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Através dos dados apresentados pelo Censo Escolar - MEC/INEP (BRASIL, 2017), percebe-se a evolução no número de matrícula de alunos (as) com deficiência entre os anos de 2008 a 2017. A seguir, os dados referentes ao número de alunos com deficiência matriculados na rede pública estadual de ensino no ano de 2018.

Tabela 01

Matrículas de alunos com deficiência rede estadual 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CEPE/SEED/AP - CENSO ESCOLAR 2018.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás, está localizada na Comunidade do Coração (Distrito do coração), na Rua São Francisco de Assis, nº 62. A comunidade é remanescente de quilombos, situa-se entre os municípios de Macapá e Santana, fazendo parte da Zona Oeste da capital Macapá. A escola foi criada pelo Decreto nº 184/79 - SEMC/PMM, 1º de Maio de 1967, cujo objetivo estava voltado para atender os moradores que residissem no distrito e adjacências (PPP, 2018, p. 07).

Segundo consta no PPP de 2018, até o presente ano a escola possuía 55 funcionários, composto por professores, serventes, merendeiras, motoristas do transporte escolar e vigilantes. Ela funciona nos três turnos e atende um total de 465 alunos de Ensino Fundamental e EJA. A EMEFG vem alcançando suas metas na avaliação do IDEB, porém ainda não alcançou a meta principal, que é a nota 6,0. Mas, comparando com as escolas públicas de ensino fundamental a nível de Amapá e Macapá, ela alcançou posição de destaque. (IDEB,2017). De acordo com os dados do Censo escolar no ano de 2017, neste ano tiveram 09 alunos com deficiência matriculados na educação especial¹.

Metodologia

Adotou-se como percurso metodológico o estudo de caso, utilizou-se a estatística descritiva, a pesquisa descritiva, análise documental, entrevistas abertas realizadas com a equipe técnica e os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o grupo focal com os pais e responsáveis dos alunos.

Os dados estatísticos tiveram como fonte o IDEB, Centro de Pesquisas Educacionais da secretária de Estado da Educação (CEPE/SEED-AP), Projeto Político Pedagógico da Escola Goiás (PPP-EMEFG), relatos e falas junto à equipe técnica e professoras do AEE da EMEFG, e um grupo focal realizado com os pais e responsáveis dos alunos do AEE. Junto ao Centro de Pesquisa Educacional (CEPE) foram coletados referentes à série histórica de 2012 a 2018 do Estado do Amapá (Zona Urbana e Zona Rural) dos alunos com deficiência matriculados no Ensino Regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE; quantitativo de professores do Atendimento Educacional Especializado.

Também foram verificados decretos e leis dirimidos no âmbito federal, indicadores educacionais aferidos através do Censo Escolar e publicados pelo site <https://www.qedu.org.br/>, registros localizados no site <http://www.semed.macapa.ap.gov.br/> da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/DIEES e através do Portal da Secretária de Educação do Estado do Amapá – SEED/AP.

Foi preciso montar um cronograma para idas ao campo, assim, a observação da escola se deu com o consentimento prévio da gestão da instituição de ensino, as visitas aconteceram nos meses de abril e maio de 2019, de modo que fosse possível sentir como o dia-a-dia se constitui dentro da instituição. A atenção estava voltada para a acessibilidade conforme o Estatuto da Pessoa Com deficiência (BRASIL, 2015) e as discussões propostas por Sassaki (2010) sobre os tipos e categorias de acessibilidade que existem quando há: 1) Existência de acessibilidade arquitetônica (sem barreiras ambientais físicas, no interior da e entorno da escola nos meios de transportes coletivo utilizado pela escola para os alunos); 2) Existência de acessibilidade comunicacional (sem barreiras na comunicação interpessoal (ex. face a face, língua de sinais, linguagem corporal e gestual etc.), na comunicação escrita:

¹ De acordo com os dados fornecidos pela plataforma do IDEB, baseado no último censo de 2017, entre o censo de 2009 e o de 2011, houve uma evolução no IDEB da EMEFG, atingindo uma diferença positiva de 0,5 pontos, ficando acima da meta, o que representou um ponto positivo. Porém, entre o censo de 2011 e 2013 houve uma oscilação para baixo, ficando abaixo da meta da escola para o referido ano. Entre o censo de 2013 e 2015, houve uma oscilação para cima de mais de 0,5 pontos, colocando a escola naquele período acima da meta desejada para aquele ano. A maior evolução acontece no último censo, realizado em 2017, quando a escola atinge aproximadamente um ponto acima da meta para aquele ano, ao sair de pouco mais de 4,5 pontos e atingir 5,4 pontos. Ou seja, o único momento em que a EMEFG não conseguiu bater a meta foi no censo realizado em 2013.

jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar e na comunicação virtual, acessibilidade digital); 3) Existência de acessibilidade metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho); 4) Existência de acessibilidade instrumental (sem barreiras nos instrumentos e utensílios escolares ex.: lápis, caneta, teclado do computador e etc.); 5) Existência de acessibilidade programática (sem barreiras invisíveis embutidas em políticas: leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.) PPP; e, 6) Existência de acessibilidade atitudinal (sem preconceitos, estigmas, estereótipos, rótulos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos alunos, professores do regular, professores do A.E.E., gestor, coordenação pedagógica, motorista de transporte e auxiliares educacionais.

Resultados

Os dados do IDEB mostraram como a EMEFG foi se comprometendo desde o censo de 2009. Esses dados apontam que a referida escola vem evoluindo em relação às metas estipuladas para ela alcançar ao longo de cada avaliação. Foi possível observar que apenas em 2013 a escola não atingiu a meta, no restante dos censos de 2009, 2011, 2015 e 2017 ela vem atingindo as metas.

Os pontos observados no PPP da escola, como as condições de uso do espaço físico da escola para os alunos do AEE, mostraram-se existentes, já que a escola possui uma sala do AEE em condições de uso, equipadas com central de ar, internet e varias ferramentas digitais (computadores, notebook, etc.), além de bastante material de uso didático pedagógico. Assim como estabelecido no PPP, a escola possui parcerias voltadas para a qualificação de seus profissionais, que envolvem não só a secretária de educação, mas busca envolver os pais dos alunos como um todo, pois essa articulação entre escola e família e um dos seus pressupostos filosóficos e de gestão.

Quando se coloca em questão a acessibilidade comunicacional, segundo a perspectiva de Sasaki (2010), percebeu-se que esse é um dos pontos fortes da escola, e que puderam ser registradas durante as visitas de campo no mês de abril durante a reunião com os pais e ou responsáveis, pois existe um vasto repertório de material didático, brinquedos, notebooks, teclados adaptados, etc. Assim, a EMEFG fica realizada com o reconhecimento das notas obtidas pelas avaliações, mas sabe que isso só é possível porque há um esforço em conjunto ao longo de todo ano, que vai desde a garantia de uma estrutura adequada aos alunos do AEE até o preparo com atividades e avaliações internas para seus alunos se familiarizarem com essas demandas, em que a Prova Brasil é um exemplo.

A acessibilidade metodológica, instrumental e programática também pôde ser observada durante minhas visitas, por coincidência ou não, pude até acompanhar os preparativos e a execução do projeto de sensibilização do AEE e reuniões com os pais por turma, realizadas pela equipe técnica e professoras do regular. Existe também a constante busca por capacitações, qualificações e especializações na área que contribuem significativamente para esse desempenho da EMEFG. A gestão e os professores se esforçam em dialogar com a secretaria estadual e municipal buscando parcerias que capacitem, cada vez mais, os seus profissionais corresponderem à expectativa dos alunos do AEE, de seus pais e das instituições do estado.

A acessibilidade programática pôde ser observada através do projeto de leitura, o projeto “Nenhum a menos”, “projeto Meio Ambiente”, o projeto “Além das Quatro paredes” e “Minha Identidade na Diversidade” são exemplos dessa parceria que a escola articula com seus alunos e, na medida do possível, com as famílias. Esse tipo de planejamento e execução, voltado para a constante avaliação daquilo que eles acordam no PPP é um traço presente na organização das atividades da escola ao longo do ano. Por isso, a equipe técnica e as professoras do AEE durante as entrevistas. Assim, observou-se que existe acessibilidade instrumental, já que há toda uma preocupação das professoras desenvolverem materiais adaptados para os alunos, como lápis, tesoura e o uso dos teclados adaptados. Observou-se também que os projetos da escola também são presença marcante na escola, existindo uma preocupação em inserir todos os projetos e atividades do AEE já na discussão e elaboração do PPP da escola, existindo também preocupação com a questão financeira do caixa escolar para aplicar aquilo destinado ao AEE, especialmente, relacionado aos materiais didáticos e pedagógicos.

A acessibilidade atitudinal também foi observada ao longo da realização da sensibilização com os alunos e pais do AEE, no acolhimento aos alunos com deficiência por parte dos gestores, professores, merendeiras, cuidadoras e merendeiras, sobretudo, na hora do lanche, em que foi possível notar a relação de respeito, solidariedade e cuidado que os alunos têm um pelo outro. A dimensão atitudinal foi um traço perceptível ao longo das visitas realizadas na escola, em especial, no dia da sensibilização. Desse modo, também foi observado a presença da acessibilidade arquitetônica na escola, como rampas, transporte escolar, ou seja, sem barreiras em relação à parte física, ressaltando os banheiros, que precisam ser melhorados para atender os alunos com deficiência, sobretudo, os cadeirantes. Assim, baseado no que se observou em campo, pode-se argumentar que a EMEFG está garantindo acessibilidade em relação as dimensões priorizadas neste estudo, com base nas categorias de Sasaki (2010).

Como parte integrante do processo das entrevistas, buscou-se dialogar os objetivos específicos da pesquisa com as perguntas utilizadas no roteiro de entrevistas, com a equipe técnica e os professores do AEE. Deste modo, perguntou-se: na sua concepção, o que é acessibilidade escolar?; para você, qual a política pública mais atuante nessa unidade de ensino para a acessibilidade dos alunos com deficiência?; a escola possui algum tipo de diretriz voltada para os alunos com deficiência? Se sim, quais?; no seu ponto de vista estão sendo aplicadas de maneira eficaz?; como você ver na prática essa utilização? Cite exemplos”.

Por fim, perguntou-se durante o grupo focal se os responsáveis reconhecem a execução da política de acessibilidade no atendimento aos alunos com deficiência; em que se perguntou o seguinte: Em sua opinião, a infraestrutura da escola é satisfatória para o atendimento das exigências e necessidades desse grupo de discentes?; você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc.) sobre acessibilidade educacional na escola nos últimos dois anos?

As entrevistas demonstraram que a EMEFG garante acessibilidade aos seus alunos, o que fica demonstrado ao longo das entrevistas da equipe técnica e das professoras do AEE. O relato de todos os entrevistados e do grupo focal identifica o comprometimento da gestão, dos professores e dos pais dos alunos em se esforçar para que a escola seja acessível em variados aspectos, tornando-se uma escola preocupada com a inclusão e o respeito à diversidade de seus alunos, o que perpassa, principalmente, pela constante busca por organização, planejamento e avaliação interna da própria escola no sentido de buscar colocar em prática aquilo que é estabelecido por lei.

Ao final do grupo focal, percebeu-se que o relato dos pais dos alunos foi fundamental para pesquisa, o que possibilitou que muitas indagações fossem respondidas a partir da realidade daquelas pessoas que são externas a gestão e as professoras do AEE. Se atualmente os pais dos alunos do AEE narram em suas falas que são gratos à escola, percebem relações de solidariedade, companheirismo, carinho e respeito dos outros alunos para com seus filhos, da gestão, das professoras do AEE e do motorista que transportam vários alunos, isso resulta desse comprometimento coletivo. A percepção dos pais permitiu que as perguntas realizadas junto à equipe técnica e as professoras do AEE fossem confrontadas com as dos pais dos alunos, o que deu um aprofundamento para as dimensões da acessibilidade que se puderam identificar ao longo das observações de campo, entrevistas e finalizadas com a realização do grupo focal.

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa, o esforço direcionou-se para responder a seguinte problemática: quais as possibilidades e desafios da acessibilidade aos alunos (as) com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás? Esta questão norteou a busca por referenciais teóricos na área da acessibilidade na perspectiva da educação inclusiva e o estudo de caso desenvolvido. Para tanto, buscou-se atingir os seguintes objetivos ao longo do trabalho: objetivo geral da pesquisa: 1) compreender o processo de implementação e execução da política pública de acessibilidade aos alunos com deficiência da EMEFG; objetivos específicos: 2) analisar se a acessibilidade aos alunos com deficiência está sendo executada nos níveis arquitetônicos, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal; 3) identificar as diretrizes utilizadas pela gestão escolar e o grupo de docentes que atuam diretamente com esse grupo de estudantes; por fim, o terceiro objetivo procurou perceber se os responsáveis reconhecem a execução da política de acessibilidade no atendimento aos alunos com deficiência.

Esses objetivos foram fundamentais para se perceber que o município de Macapá está buscando implementar a política educacional em destaque, mas o estudo não possibilita uma investigação abrangente acerca de como está a efetivação da atual política concretamente, já que se restringe a EMEF Goiás, cuja mesma realizou-se mediante dados estatísticos descritivos, análise documental, observação direta, entrevistas e grupo focal. Para uma compreensão mais perceptiva do aspecto dessa política de acessibilidade, exigem-se novas pesquisas, confrontando outras realidades educativas do município.

As entrevistas da equipe técnica apontaram que a escola busca acompanhar aquilo que é estabelecido pela legislação educacional em relação aos direitos dos alunos com deficiência. Um dos principais avanços se deu com a garantia da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos que procuram a escola para matricular seus filhos. A recepção desses alunos já acontece há mais de duas décadas, o que ajuda a gestão a buscar constantemente as melhorias necessárias para atender essa demanda da comunidade. Deste modo, o PPP da escola Goiás é planejado no sentido de atender da melhor maneira possível a esse público de alunos, trabalhando com dedicação os projetos voltados para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

A qualidade do AEE resulta desse planejamento, princípios filosóficos e paradigmas educacionais voltados para a garantia de uma educação acessível e inclusiva que tenha como principal objetivo o respeito à diversidade de seus alunos e parcerias com toda a comunidade escolar voltada para esse esforço em conjunto. Por tais razões e outras que

foram destacadas ao longo das entrevistas e do grupo focal, percebeu-se que a EMEFG pode ser considerada uma escola que atende a vários princípios e critérios de acessibilidade e inclusão escolar.

Esse comprometimento, segundo a equipe técnica e as professoras do AEE, vem de longa data. Se a escola hoje é referência no estado, no município e tem reconhecimento da comunidade em seu em torno, é porque muitos esforços foram realizados nos últimos anos, pelo menos, desde 2009, quando ela passou a ser avaliada pelo Índice de Educação Básica – IDEB, e só não alcançou sua meta em 2013. Nos últimos anos notou-se progressiva evolução, o que projeta a escola a continuar batendo suas metas para o censo de 2019.

Pode-se observar, segundo a equipe técnica, que a EMEFG é a melhor escola da zona rural de Macapá, 3º melhor do Município IDEB e o 6º melhor do Estado. É a escola que tem mais de funcionários efetivos do quadro, 100% de professores efetivos, é a escola que tem a menor rotatividade de funcionários do município, tem professores com 22 anos de trabalho, um exemplo é a pedagoga que é funcionária efetiva da prefeitura há 20 anos, todos esses 20 anos, na escola Goiás.

Este trabalho ofereceu a autora, oportunidade de compreender a instituição de ensino Goiás, na qual se criou grande admiração. E poder ter o privilégio de levar esse conhecimento para o local de trabalho da mesma, tornando-a cada vez melhor como profissional e como pessoa. E perceber que no município de Macapá tem gestão com profissionais que buscam, a cada dia, se qualificar dando o seu melhor para se ter uma educação de sucesso e qualidade.

Referências bibliográficas

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Macapá, 2018. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/ler_noticia.php?slug=0712/escolas-apresentam-projetos-de-educacao-inclusiva-desenvolvidos-na-rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Secretaria de Estado da Educação**. Centro de Pesquisas Educacionais – CEPE. Censo Escolar. Macapá, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional/LDB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 dez.1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em: 12 ago.2018.

_____. Decreto nº 6.751 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2008.

_____. Decreto 6.094 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Decreto nº 7.611 de Setembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 03 set.2018.

_____. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Resultados e Metas. Brasília: IDEB. Disponível em: : <<http://www.IDEB.inep.gov.br>> Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas**. Educação Básica. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: set. 2018.

BUENO, C. L. R e PAULA, A. R. de. **Acessibilidade no Mundo do Trabalho**. (Extraído do documento: I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Acessibilidade: Você também tem compromisso Subsídios para o conferencista CORDE - Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Brasília - 12 a 15 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/conferencia/textos_base3.htm#Texto>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CARDOSO, Christian De Lima; CARDOSO, Tatiani Da Silva; YANIC, Yuri; AMANAJÁS, Roberto Carlos. **O processo de entrada e permanência de estudantes com deficiência nas instituições públicas de ensino superior em Macapá**. Macapá:[s.n], 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros-gratis/2014/1378/index.htm>>. Acesso em: 10 ago.2018.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás. Projeto Político Pedagógico. **Decreto de criação nº 184/79-pmm - 1º de março de 1967 - AP** Zona Rural de Macapá – INEP nº 16004582.

_____. Secretária Municipal de Educação. **Diretrizes para Educação Especial do Município de Macapá - DIEES**. Macapá, 2012.

SASSAKI, Kazumi Romeu. **Movimento é mobilização**. São Paulo: [s.n], 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=73BYA7svE6Q>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.